EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 90.832.619.0001-55, com endereço à Av. Independência, 800, Centro, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob número 440.349.200-25, vem perante esta Egrégia Corte, impetrar, com fulcro na Lei 12.016/2009, o presente:

MANDADO DE SEGURANÇA

por ato coator do Excelentíssimo Sr. **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EDUARDO LEITE**, brasileiro, com endereço à Praça Mal. Deodoro, s/n - Centro Histórico, Porto Alegre - RS, 90010-905, por ato coator, com a publicação do Decreto Estadual 55.184 de 15 de abril de 2020, pelo qual, fere direito líquido e certo do Município ora impetrante, previsto nos artigos 30, I, 23, II e 24, XII, da Constituição Federal.

1. DO FATO

Douto Desembargador, é público e notório que o mundo globalizado enfrenta a pandemia do COVID-19, o novo CoronaVírus, problema este, muito sério, o qual demanda muita responsabilidade e atenção por parte das autoridades.

Infelizmente o dito vírus chegou ao Rio Grande do Sul e vem sendo monitorado e acarretando em um trabalho contínuo de todas as forças institucionais da sociedade gaúcha.

Cumprе salientar que o Município de Campo Bom, o qual impetra o presente mandado de segurança, desde o início vem adotando medidas, pode-se afirmar austeras, no combate a pandemia.

De imediato, a Municipalidade compilou os acessos e saídas do Município, para facilitar trabalho em equipe, visando a orientar todos que circulavam para dentro e fora da cidade.

Estabeleceu-se um rodízio de turnos dentro da Prefeitura, obrigatoriedade do uso de máscaras, limitações às atividades industriais, comerciais e de serviços, distanciamentos, isolamento social, dentre outras medidas rígidas, imediatas e efetivas.

Nos últimos trinta dias, Campo Bom publicou nove decretos, sem contra os decretos de prorrogação de prazos para recolhimento de tributos, todos com o intuito de controlar, fiscalizar e cumprir medidas sanitárias complexas para evitar a propagação do vírus.

O Município de Campo Bom promulgou os seguintes decretos:

Decreto nº	Data	Vigência	Ementa
-------------------	-------------	-----------------	---------------

6.781	17.03.2020	Revogado	DISPÕE SOBRE MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO COVID-19 (NOVO CORONAVÍRUS) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM.
6.783	18.03.2020	Revogado	DISPÕE SOBRE DECRETAÇÃO DE EMERGÊNCIA E MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO COVID-19 (NOVO CORONAVÍRUS) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, NO QUE SE REFERE AO FUNCIONAMENTO DE RESTAURANTES, BARES, CASAS NOTURNAS, TEMPLOS RELIGIOSOS, DENTRE OUTROS.
6.784	20.03.2020	Revogado	DETERMINA MEDIDA DE QUARENTENA E DISPÕE SOBRE MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS E FECHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS, PARA PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO COVID-19 (NOVO CORONAVÍRUS) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, DENTRE OUTROS.
6.787	23.03.2020	Revogado	ESTABELECE OS BENS ESSENCIAIS AO CIDADÃO, PARA FINS DE APLICAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL 6.784 DE 20 DE MARÇO DE 2.020, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, DENTRE OUTROS.
6.788	23.03.2020	-----	ALTERA A REDAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 6.784, DE 20 DE MARÇO DE 2020, NA FORMA E TEOR ABAIXO TRANSCRITO.
6.790	24.03.2020	15 dias Prorrogado até 30/04/2020	DISPÕE SOBRE OS SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL À POPULAÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE COMBATE A

		(Pelo Decreto 6.816)	PROPAGAÇÃO DO COVID-19, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM.
6.799	01.04.2020	30 dias 01.05.2020	DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DAS NORMAS DECRETADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM AO DECRETO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Nº 55.154, DE 1º DE ABRIL DE 2020, E REVOGA AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS MUNICIPAIS NºS 6.781/2020, 6.783/2020, 6.784/2020, 6.787/2020 E 6.790/2020.
6.810	06.04.2020	30 dias 06.05.2020	DISPÕE SOBRE A DECRETAÇÃO DE ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
6.813	09.04.2020	20 dias 29.04.2020	AUTORIZA A REABERTURA DE RESTAURANTES E LANCHERIAS, BEM COMO, ESTABELECIMENTOS DE HIGIENE, COMO CABELEREIROS E BARBEIROS, COM BASE NO DECRETO ESTADUAL 55.177, DE 08 DE ABRIL DE 2020, QUE ALTEROU O TEXTO DO DECRETO ESTADUAL 55.154, DE 01 DE ABRIL DE 2020, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, DENTRE OUTROS.

Todos estes Decretos, Excelência, foram elaborados e publicados em cumprimento aos Decretos Federal e Estadual, seguindo a legislação supra, inclusive, no que se refere às normas de ordem sanitária, o Município de Campo Bom vem adotando procedimentos mais rígidos.

Ocorre que passadas algumas semanas, exemplarmente, Campo Bom efetivamente controlou a pandemia no âmbito do seu território.

Hodiernamente, Campo Bom conta com quatro casos confirmados de COVID-19, sendo o último computado em 02 de abril de 2020, além do caso suspeito que paira tão somente em um, ou seja, houve no âmbito do Município o achatamento da curva.

O impetrante está na vanguarda do controle e achatamento da curva do COVID-19, pois no momento certo adotou medidas e sua comunidade fez o dever de casa. Os quatro casos confirmados estão curados (assintomáticos) e hoje somente um caso suspeito.

Ainda, Campo Bom adquiriu um mil exames, com teste e resultado em 24 horas, agilizando o controle dos casos sintomáticos. Trata-se do maior investimento em exames por um município no Vale do Sinos.

Conforme se verifica em documento eu segue em anexo, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, as medidas sanitárias determinadas pelo Estado do Rio Grande do Sul e vêm sendo cumpridas pelo Município de Campo Bom são eficientes no combate à pandemia.

Considerando todos os elementos até então informados, Excelência, vale ressaltar que, quando a sociedade campo bonense estava preparada para retomar suas atividades, o Governador emitiu o Decreto Estadual 55.154 de 01 de abril de 2020, determinando o fechamento do comércio.

As indústrias mantiveram seu funcionamento normal, seguindo as normas sanitárias, frequentemente fiscalizadas, além dos distanciamentos, entre outras medidas. Os serviços, mesmo não essenciais puderam manter suas ações, desde que, sem atendimento ao público.

O comércio foi o setor mais prejudicado, pois só puderam funcionar os estabelecimentos que comercializam bens essenciais, previstos no art. 17, §1º do Decreto Estadual 55.154 de 01 de abril de 2020.

Excelência, mesmo assim, o Município, por precaução, acatou o Decreto do Excelentíssimo Governador e manteve a sincronia, trabalhando junto aos seus comerciantes o respeito a decisão do Estado.

Ocorre que na data de 15 de abril de 2020 o impetrado apresentou nas redes sociais números de contaminação no Estado do Rio Grande, inclusive o Estado tem a situação muito bem controlada e, diga-se, com muito trabalho dos prefeitos, justamente por serem os maiores e melhores conhecedores das realidades locais.

Na apresentação destes números, o Governador informou, e confirmou com a publicação do Decreto 55.184 de 15 de abril de 2020, que flexibilizaria a abertura do comércio no Estado, com a adoção de medidas sanitárias eficientes, porém, NEGOU O DIREITO DE DISPOR DO COMÉRCIO LOCAL, os municípios situados na Região Metropolitana e Região Serrana.

Excelência, eis que, esta decisão e este decreto são objeto do presente remédio, por ferir preceitos constitucionais, direito líquido e certo de legislar assuntos de interesse local.

Assim, diante do exposto, se impetra o presente mandado de segurança, no intuito de reestabelecer a ordem, permitindo ao Município legislar, seja por lei, seja por decreto, o regramento do funcionamento do comércio, RESPEITANDO INTEGRALMENTE AS DISPOSIÇÕES LEGAIS SANITÁRIAS IMPOSTAS PELA UNIÃO E ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

2. DO DIREITO

2.1. Do mandado de segurança e pedido de liminar

O mandado de segurança é o remédio jurídico cabível para satisfazer o direito do polo impetrante. Não há, Excelência, qualquer razão que justifique estabelecer tratamento desigual entre os municípios, com critério que beneficie

municípios com altos índices de contaminação e puna comunidades como do Município de Campo Bom, o qual tem plenas condições de fiscalizar e zelar pelas normas sanitárias cabíveis.

Corroborando com os argumentos até aqui narrados, cumpre gizar o teor do art. 5º, LXIX da Constituição Federal, pelo qual – **“conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por “habeas-corpus” ou “habeas-data”, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;”**

Excelência, o art.1º da Lei do Mandado de Segurança estabelece:

Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

A violação aqui combatida, Excelência, é a indisposição injustificada do Estado, junto ao Município de Campo Bom, em flagrante desrespeito com o art. 30, I, da Constituição Federal.

Ainda:

‘Direito líquido e certo é o que se apresenta manifesta na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração. Por outras palavras, o direito invocado, para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa, se sua extensão ainda não estiver delimitada; se seu

exercício depender de situações e fato ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meio judiciais. (MEIRELLES, Hely Lopes; WALD, Arnold; MENDES, Gilmar Ferreira. Mandado de segurança e ações constitucionais. 22 ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 34) .’

Assim, o remédio aqui apresentado é a ferramenta adequada para o reestabelecimento da ordem, devolvendo aos municípios autonomia para dispor do seu comércio local, sem ignorar, obviamente, as disposições sanitárias pertinentes.

Neste sentido, portanto, se postula a concessão da medida para invalidar os Decretos Estaduais 55.154 de 01 de abril de 2020 e 55.184 de 15 de abril de 2020, os quais limitam a competência do Município para dispor da abertura do comércio, direito líquido e certo conferido pelo teor do art. 30, I da Constituição Federal.

2.2. Da isonomia dos municípios

O mandado de segurança é o remédio jurídico cabível para satisfazer o direito do polo impetrante. Não há, Excelência, qualquer razão que justifique a liberação do comércio em outras regiões do Estado, excluindo essa possibilidade de municípios da região.

Conforme acima referido, o Decreto estadual do governo do Estado do Rio Grande do Sul nº 55.184, permitiu que as autoridades municipais regulassem por atos próprios a abertura do comércio em seus respectivos municípios, desde que observadas algumas formalidades naquele referidas.

Entretanto, vedou, de forma completamente arbitrária, que municípios integrantes das regiões metropolitanas de Porto Alegre e da Serra Gaúcha tomassem as referidas medidas.

Como se sabe, o princípio da isonomia é um dos princípios basilares do Estado Democrático de Direito, sendo assegurado em nossa Constituição no Art. 5, Caput. Em vista deste princípio, depreende-se que a lei deve ser aplicada igualmente entre aqueles que estão nas mesmas condições.

Ao analisar os números apresentados pelo próprio impetrado, Excelência, verifica-se que municípios que estão fora das regiões metropolitana e serrana e, pelo decreto 55.184 de 15 de abril de 2020, poderão regulamentar a abertura de seus respectivos comércios, porém, apresentam números de infectados muito superiores aos de Campo Bom.

Conforme documentos que seguem, estudo oficial do Governo do Estado , o Município de Bagé tem 28 casos, ou 22,0 por cem mil habitantes, Passo Fundo 27 casos, 2 óbitos, ou seja, 13,0 por cem mil habitantes, Lajeado, com 19 casos, o que representa 24,0 por cem mil habitantes.

Ainda, Excelência, Torres, cidade litorânea, conta com 9 casos, o que representa 22 por cem mil habitantes, mesmo índice de Bagé, que depois Caxias e Porto Alegre, tem o terceiro maior contingente de contaminação e, por uma escolha com critério desconexo com a realidade, poderá abrir seu comércio.

No mesmo estudo, Excelência, Campo bom, que aparece com 4 casos, NENHUM ÓBITO, uma margem de 6,0 por cem mil habitantes, ou seja, muito abaixo dos índices acima referidos, por estar na região metropolitana, não poderá regulamentar e permitir a abertura do comércio.

Conforme a pesquisa e dados apresentados pelo Sr. Governador, portanto, verifica-se que municípios com uma taxa de incidência de Coronavírus entre 100 mil habitantes muito maiores que as do município de Campo Bom por exemplo, Bagé, Passo Fundo, Lajeado, Marau, poderão regular livremente a abertura do comércio em suas respectivas cidades, ao contrário deste impetrante que, ainda que tenha uma taxa de

incidência muito menor que estes, não poderá, por sua própria iniciativa, a abertura de seu comércio.

Constata-se que essa correspondência entre o meio e o fim sopesado não detém peso suficiente para justificar a limitação ao direito fundamental (princípio da isonomia, artigo 5º da Constituição Federal de 1988). Foram verificados pouquíssimos casos de COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM conforme documentos em anexo.

Assim, o Decreto nº 55.184 em seu §5º do art. 5 que se refere as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, onde inclui o Município de Campo Bom, acabou sendo restritivo, ocorrendo a infringência ao princípio da isonomia, na medida em que a norma é desproporcional.

Por isto é que o DECRETO Nº 55.184 de 15 de abril de 2020, em exame, não conferiu tratamento isonômico aos municípios do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, tampouco aderiu ao princípio da razoabilidade, na medida em que restringiu o funcionamento dos estabelecimentos comerciais situados nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e da Serra gaúcha.

Com efeito, as discriminações enunciadas pelo Governador distanciaram-se do primado da isonomia inscrito na Constituição como um dos mais importantes princípios do Estado Democrático de Direito.

A restrição imposta ao município de Campo Bom para regular a abertura do comércio no município é completamente arbitrária, pois desconsidera todas as medidas adotadas pelo ente municipal para combater a pandemia, bem como o estágio atual de contágio no município e não justifica o porquê desta restrição se dirigir unicamente aos municípios das regiões metropolitanas de Porto Alegre e da Serra Gaúcha.

Neste sentido, portanto, ferida está a isonomia entre os municípios, uma vez que uns poderão se beneficiar de abrir seus comércios, mesmo com altos índices de

contaminação, enquanto que Campo Bom, que trabalhou, se empenhou, adotou medidas razoáveis, fica a mercê de um “critério descrítico”.

2.3. Da legalidade e da competência

Excelência, outro ponto a ser debatido é a competência dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local.

Importante salientar, no que se refere, Excelência, no âmbito sanitário, não há qualquer infringência ou contrariedade do Município de Campo Bom em cumprir as medidas de saúde e prevenção pertinentes.

O que se discute é o direito previsto no art. 30 da Constituição Federal, no que se refere aos assuntos de interesse local, conforme dispõe:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

...

A abertura do comércio é de imenso interesse local e dispor sobre o assunto não pode estar sujeito a critérios regionalizados, principalmente quando, nas regiões flexibilizadas, existem municípios com uma carga de contaminação muito maior.

Ressalta-se que a Municipalidade NÃO IRÁ CONTRARIAR AS NORMAS SANITÁRIAS, normas estas que o Município tem competência comum e concorrente, com fulcro nos artigos 23, II e 24 XII, os quais dispõem:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

...

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

E;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

...

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

A competência do município é constitucional e o fechamento determinado pelo Estado não pode se sobrepor a esta autonomia de dispor do funcionamento do comércio local.

O Supremo Tribunal Federal, em recentíssima decisão da lavra do Ministro MARCO AURÉLIO, em Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.341/DF, promovida pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT, deferiu “em parte, a medida acauteladora, para tornar explícita, no campo pedagógico e na dicção do Supremo, a competência concorrente” da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, “na forma do artigo 23, inciso II, da Lei Maior” [Decisão de 24/03/2020].

Assim, o Ministro Marco Aurélio consolida o Município na condição de Ente com competência concorrente para dispor de assuntos de interesse local, inclusive cuidado com a saúde.

Ainda, na lição de JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA,

“o art. 23 apresenta tema que são de competência material comum a todos os entes federativos, que devem cooperar entre si, para que se alcance os resultados pretendidos pela Constituição do melhor modo possível” (Federalismo Cooperativo, cf. parágrafo único do art. 23).

A lição de GILMAR FERREIRA MENDES e PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, verbis:

“A Carta da República prevê, no parágrafo único do art. 23, a edição de leis complementares federais, para disciplinar a cooperação entre os entes tendo em vista a realização desses objetivos comuns.

A óbvia finalidade é evitar choques e dispersão de recursos e esforços, coordenando-se as ações de pessoas políticas, com vistas à obtenção de resultados mais satisfatórios. Se a regra é a cooperação entre União, Estados membros, Distrito Federal e Municípios, pode também ocorrer conflito entre esses entes, no instante de desempenharem as atribuições comuns. Se o critério da colaboração não vingar, há de se cogitar o critério da preponderância de interesses [...]” [Curso de Direito Constitucional, Ed. Saraiva, 12ª edição, pág. 877].

Para HELY LOPES MEIRELLES, “o que define e caracteriza o ‘interesse local’, inscrito como dogma constitucional, é a predominância do interesse do Município sobre o do Estado ou da União” [Direito Municipal Brasileiro, 6ª edição, São Paulo: Malheiros, 1993, pág. 98-)

São os critérios de competência que dão às normas a sua hierárquica, todas sustentadas na Constituição Federal. O que coloca as leis em posição de superioridade ou inferioridade, em relação umas às outras é a sua espécie, e o exercício de competências legislativas que dará à lei a sua posição hierárquica [CARVALHO, 2010, pág. 1038]. Página 16 de 21

O critério instituído pelo legislador constitucional foi o da predominância do interesse, pois conforme leciona Alexandre de Moraes, à União caberá aquelas matérias e questões de predominância do interesse geral ao passo que aos Estados referem-se matérias de predominante interesse regional, e aos municípios concernem os assuntos de interesse local (Direito Constitucional, São Paulo,:Atlas, 2001, p. 276).

Primeiro, nota-se que o município pode suplementar a legislação federal, desde que não invada o campo da competência normativa da União.

É lição de Alexandre de Moraes, para quem

“a Constituição Federal prevê a chamada competência suplementar dos municípios consistente na autorização de regulamentar as normas legislativas federais ou estaduais, **para ajustar sua execução a peculiaridades locais, sempre em concordância com aquelas e desde que presente o requisito primordial de fixação de competência desse ente federativo: interesse local**” (Constituição do Brasil Interpretada, São Paulo, Atlas, 2002, p. 743).

A competência de cada ente tem estreita relação com o que a norma visa resguardar, se nacional, estadual ou municipal. Quando concorrente a competência, à União cabe a edição de normas gerais CF, art. 24, § 1º, deixando aos demais entes a competência para particularizá-las segundo seus interesses.

2.4. Da razoabilidade x números da saúde

Excelência, outro princípio a ser aqui suscitado é o princípio da razoabilidade frente aos números apresentados.

Não é razoável, Excelência, manter o comércio local de Campo Bom com suas portas fechadas, comprometendo empregos, arrecadação, dignidade humana através de uma economia sólida e basilar para a sociedade local.

Campo Bom, conforme acima referido, desde o dia 02 de abril não apresenta casos novos, achatou a curva e os casos suspeitos pairam em apenas um, no dia de hoje, 16 de abril de 2020.

Os quatro casos confirmados, por sua vez, nenhum foi contágio comunitário, todos oriundos de fora, todos curados e nenhum demandou internação hospitalar. Aliás, nenhum caso suspeito, sequer, necessitou internação hospitalar.

Não se detectou qualquer critério razoável pois as próprias pesquisas apresentadas pelo GOVERNADOR em seu estudo do caso COVID-19 mostram que outras regiões não abarcadas pelo §5º do art. 5º do Decreto nº 55.184 possuem auto nível de contaminação em comparação com O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM quiçá região metropolitana, portanto, é declaradamente desproporcional tal medida.

Excelência, declaradamente houve ofensa ao princípio da razoabilidade, que pressupõe a congruência lógica entre os motivos (pressupostos fáticos) e o ato emanado, tendo em vista a finalidade pública a cumprir.

Não há dúvida que princípio da razoabilidade é uma das “válvulas de segurança” e que deve ser aplicado no caso em tela para anular as opções claramente arbitrárias, evidentemente injustas ou despropositadas do §5º do art. 5 do Decreto nº 55.184 de 15 de abril de 2020.

Ainda, Campo Bom detém quatro leitos de UTI, quatorze respiradores e está recebendo mais cinco respiradores nas próximas semanas. Excelência, Campo Bom, com o sacrifício de sua população, fez o dever de casa.

O princípio da razoabilidade busca justamente o equilíbrio da natureza jurídica, visando a garantir a isonomia e o respeito às normas legais, com bom senso e em concordância com os costumes, a dignidade humana, intervenção na economia, de acordo com a realidade de cada indivíduo.

A Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. Juntos, estes princípios

indicam que o poder público está obrigado a mostrar correspondência de seus atos com a ideia de coerência, racionalidade e sensatez, como bem afirma, de modo simples e objetivo.

No caso em tela, o tratamento desigual estabelecido entre os municípios das regiões metropolitana e serrana, preteridos em razão aos municípios do Estado, destoam deste equilíbrio.

A análise da legitimidade do fim legislativo tem sido designada por juízo de razoabilidade. O objeto desse juízo de razoabilidade consiste em constatar que a norma *sub examine* não constitui uma decisão arbitrária, porque está fundamentada em alguma razão legítima, o que não se verifica no caso em tela, pois a política de governo conflita frontalmente com direitos constitucionalmente assegurados.

A Administração deve avocar no exercício do controle dos atos do Governador quando estes ultrapassarem a boa noção do Direito os princípios constitucionais pois estes auxiliam no controle amplo da Administração.

Assim, um ato advindo do Poder Público que limite algum direito fundamental somente pode se manter quando não existir outra forma ou método menos intensivo, em menor medida, ao direito fundamental atingido. Estamos diante do subprincípio da necessidade.

Portanto, diante dessa análise, o ato expedido pelo Governador estaria violando a razoabilidade, não porque o meio é inadequado ou inidôneo (há normatização legal), mas porque não foi o mais eficiente e necessário adotado na expedição do seu ato normativo, portanto, deve ser invalidado.

Como acima referido, Campo Bom tem uma margem pequena para cada 100 mil habitantes, sem nenhum óbito e nenhum caso novo de COVID - 19 em quinze dias.

2.5. Da abertura do comércio e cumprimento das normas sanitárias

Em síntese, visando inclusive evitar tautologias, vale ressaltar e frisar, Excelência, a competência que se busca reestabelecer é a abertura do comércio, mantendo em consonância, por sua vez, todo o controle sanitário pertinente, com a devida fiscalização.

Trata-se de estabelecer controle e tratamento igualitário ao comércio, como é ofertado às indústrias e serviços. As indústrias, muitas com mais de cem funcionários, estão aderindo às campanhas e estão se sujeitando as normas municipais, as quais acompanham as diretrizes do Ministério da Saúde e do próprio Governo Estadual.

Assim, a questão maior aqui debatida é tão somente a liberação para funcionamento do comércio e não infringir as regras sanitárias, as quais estão sendo cumpridas e funcionam para as indústrias e serviços, certamente serão eficientes para o comércio.

Vale frisar, Excelência, se municípios com índice muito maior de contaminação poderão abrir seus comércios pelo critério do impetrado, certamente Campo Bom está plenamente apto a garantir o funcionamento seguro do seu comércio.

3. DOS PEDIDOS

1. Seja concedida a ordem, em caráter liminar, para invalidar o Decreto Estadual 55.154 de 01 de abril de 2020 e o Decreto Estadual 55.184 de 15 de abril de 2020, bem como, autorizar e determinar a abertura do comércio no âmbito do Município de Campo Bom.
2. Seja concedida a segurança aqui postulada para ratificar e manter por sentença os efeitos da liminar concedida.
3. Seja notificada a autoridade coatora, ora impetrada, do teor da presente peça inicial;

4. Intime o nobre Ministério Público, para que no prazo legal se manifeste com relação ao pedido objeto do presente mandado de segurança;

5. Conceda a produção de demais provas necessárias;

Nestes Termos,
Pede e Espera Deferimento.

Campo Bom, 16 de abril de 2020.

Fauston Gustavo Saraiva
Procurador Jurídico de Campo Bom
OAB/RS 71.564